



Participação dos Serviços de Informação e Gestão de Ciência da NOVA na construção de uma Política Institucional de Gestão e Partilha de Dados de Investigação

Ana Alves Pereira^a, Cristina Oliveira^b, Elis Santos^c, Elvira Costa^d, Joana Mendes^e, Susana Lopes^f

^aNOVA Faculdade de Ciências e Tecnologia, (NOVA FCT), Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, amap@fct.unl.pt

^bNOVA Information Management School (NOVA IMS), Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, coliveira@novaims.unl.pt

^cNOVA Faculdade de Ciências e Tecnologia, (NOVA FCT), Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, egc.santos@fct.unl.pt

^dNOVA Information Management School (NOVA IMS), Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, ecosta@novaims.unl.pt

^eNOVA Faculdade de Ciências e Tecnologia, (NOVA FCT), Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, jra.mendes@fct.unl.pt

^fNOVA School of Business & Economics, (NOVA SBE), Universidade Nova de Lisboa, Portugal, susana.lopes@novasbe.pt

Resumo

A Gestão de Dados de Investigação é um dos pilares da Ciência Aberta, pelo que é importante que as instituições que realizam investigação estejam preparadas para garantir boas práticas e princípios éticos na Gestão de Dados de Investigação. O Centro de Competências em Gestão de Dados de Investigação da Associação para a Inovação e Desenvolvimento da Universidade NOVA de Lisboa encontra-se estruturado em sete grupos de trabalho, estando a cargo do grupo de trabalho três o desenvolvimento de uma política institucional para a Gestão de Dados de Investigação, alinhada com os princípios da Ciência Aberta e os dados FAIR - *Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*. Esta comunicação descreve este processo e destaca a importância do envolvimento de múltiplos intervenientes (decisores, *staff*, investigadores, docentes) no processo de construção de políticas institucionais de modo a garantir que sejam mais adequadas à realidade da instituição, com maior impacto e maior potencial de adoção.

Palavras-chave: Ciência Aberta, Gestão de Dados de Investigação, Políticas Institucionais.

Introdução

A Gestão de Dados de Investigação (GDI) é um dos pilares da Ciência Aberta (CA) e os dados de investigação são ativos científicos e sociais valiosos. Isso significa que as Instituições que realizam investigação devem estar preparadas para garantir a sua gestão ética, responsável, transparente e eficaz, ao longo de todo o ciclo de vida da investigação, incluindo o seu arquivo e a partilha aberta, sempre que

possível, e de forma segura. Uma das formas de garantir este processo passa pela definição de políticas de GDI.

A sensibilização junto dos decisores para a importância e a necessidade de adoção e valorização de Práticas de investigação alinhadas com os princípios da CA tem potencial para resultar na implementação de políticas, normas ou regulamentações que visem promover estes princípios e reconhecer práticas de investigação mais abertas. Estas políticas, denominadas de políticas de CA, entre as quais estão as políticas de GDI, podem ter abrangência institucional ou nacional, bem como podem ter uma abrangência mais alargada a todos os elementos do ciclo de vida da investigação ou abordar necessidades e objetivos concretos, como por exemplo dedicarem-se a elementos específicos do processo de investigação.

O Centro de Competências em Gestão de Dados de Investigação (NOVA.ID-RDM-CC), da Associação para a Inovação e Desenvolvimento da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA.ID), surgiu como uma resposta à Manifestação de Interesse RI/00139/2024 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para a constituição de Centros para a GDI.

Este Centro realizou as suas atividades através de sete grupos de trabalho, estando a cargo do grupo de trabalho três o desenvolvimento de uma política institucional de GDI. Desde o início do trabalho, foi um pressuposto comum o de que a política deveria estar alinhada com os princípios FAIR e da CA. Esse alinhamento garante a coerência com as políticas institucionais existentes e a adaptabilidade às necessidades de investigação em constante evolução.

Metodologia

O grupo de trabalho três do NOVA.ID-RDM-CC, denominado "*WP3 - Policy Development and Integration*", foi composto por cinco bibliotecárias de três das nove Unidades Orgânicas (UOs) da NOVA, uma gestora de ciência e um representante da Reitoria.

É importante referir que alguns dos elementos do grupo integram também o *Special Interest Group* (SIG) criado pelo Consórcio Re.Data – Rede para a Gestão de Dados de Investigação. O SIG tem como objetivo principal envolver as diferentes instituições de ensino superior de forma a comprometer os decisores de topo, e potenciar a disseminação da adoção de boas práticas de CA e/ou GDI. Desta forma,

O desenvolvimento da política âmbito do NOVA.ID-RDM_CC ocorreu em sintonia com as discussões realizadas no âmbito do SIG e com o Quadro de Referência para Políticas e Estratégias de Ciência Aberta e Gestão de Dados de Investigação², também desenvolvido pelo Consórcio Re.Data.

Entre fevereiro e dezembro de 2025 o grupo reuniu-se 14 vezes. Na primeira reunião foi estabelecido o plano de trabalho com um cronograma composto por seis tarefas conforme demonstrado na Figura 1, que culminou com a apresentação ao Colégio de Diretores da NOVA da proposta da Política para a Gestão e Partilha de Dados de Investigação (PGPDI), bem como de um Relatório de Integração da PGPDI nos quadros normativos e organizacionais nacionais, internacionais e da NOVA e de um Guia de Implementação da Política.

		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11
		feb	mar	abr	may	jun	jul	aug	sept	oct	nov	dec
T1 - Avaliação comparativa e revisão de boas práticas	T1.1 - Identificação de um conjunto de políticas/recomendações de AA/GDI;											
	T1.2 - Mapeamento e análise de políticas/ orientações/ recomendações e boas práticas na gestão de dados de investigação nas UOs e UIs;											
	T1.3 - Identificação dos elementos a serem incluídos na política, tais como o âmbito e finalidade, objetivos, requisitos, agentes e atores, impacto esperado, monitorização;											
T2 - Elaboração da Política	T2.1 - Elaboração da estrutura do documento da política;											
	T2.2 - Redação preliminar do rascunho da política;											
	T2.3 - Revisão da versão rascunho da política;											
	T2.4 - Apresentação da versão rascunho da política;											
T3 - Workshop com os Stakeholders	T3.1 - Identificação dos principais <i>stakeholders</i> ;											
	T3.2 - Definição da estrutura do workshop;											
	T3.3 - Convites/publicidade;											
	T3.4 - Workshop.											
T4 - Revisão da política	T4.1 - Avaliação do workshop e análise dos <i>inputs</i> recebidos;											
	T4.2 - Incorporação dos <i>inputs</i> recebidos no rascunho da política;											
	T4.3 - Preparação da versão final do documento da política;											
T5 - Identificação dos Pontos de Integração	Identificar áreas específicas nas quais a nova política de GDI deve ser integrada com outras políticas existentes;											
T6 - Definição de Recomendações para a Integração	Desenvolver recomendações específicas para integrar as políticas e regulamentos institucionais de GDI a nível nacional e Europeu.											

Figura 1: Cronograma de trabalho do "WP3 - Policy Development and Integration"

Assim, nos três primeiros meses, o grupo realizou uma análise de políticas institucionais de GDI em universidades e centros de investigação de referência em Portugal e na Europa, com identificação de boas práticas e mecanismos de adaptação às realidades locais. Em paralelo, foi aplicado um questionário, desenvolvido em parceria com outros GTs do Centro, a investigadores e decisores institucionais (incluindo diretores de escolas e coordenadores de unidades de investigação) para mapear práticas existentes, identificar desafios e recolher informação sobre armazenamento, partilha e gestão de dados, incluindo dados sensíveis.

Com a integração do levantamento teórico inicial e dos resultados do inquérito, desenvolveu-se a primeira versão da “Política de Gestão e Partilha de Dados de Investigação”. Após algumas revisões e reflexões internas do grupo, a versão preliminar da PGPDI foi discutida de forma mais ampla num workshop em que diferentes elementos da comunidade da NOVA, como: investigadores em diferentes estádios da carreira, membros do Conselho Estratégico de Investigação, bibliotecários, *datastewards*, técnicos de informática e gestores de ciência, puderam discutir o documento, promovendo um debate crítico e recolha de contributos.

Por fim, os contributos recebidos foram incorporados e preparadas as recomendações de modo a garantir a articulação da política com outras diretrizes e normativos institucionais, nacionais e europeus.

Resultados

A avaliação comparativa e a revisão de boas práticas que deu início ao trabalho do grupo, além de fundamentar o trabalho que seria feito em seguida, permitiu conhecer a realidade da NOVA em relação às práticas de GDI. Este, por si, já foi um resultado bastante positivo, especialmente tendo em consideração a diversidade de áreas científicas que compõem a NOVA. O questionário, respondido por representantes de topo e investigadores, em diferentes fases na carreira, de todas as UOs da NOVA demonstrou, entre outros resultados, que havia grande necessidade de desenvolvimento de uma política de GDI na NOVA.

O workshop para discussão da versão preliminar da política foi realizado a dois de outubro de 2025 entre as 14h00 e as 17h00 na Reitoria. Contou com 30 participantes das nove UOs e da Reitoria da NOVA, tendo sido:

- 3 gestores do topo;
- 10 docentes e/ou investigadores;
- 2 gestores de ciência;
- 3 bibliotecários;
- 3 membros do *staff* dos serviços informáticos;
- 6 membros do *staff* dos serviços de apoio à investigação;
- 3 estudantes de doutoramento.

O programa da sessão iniciou com a apresentação do NOVA.ID-RDM-CC e das tarefas a cargo do WP3, seguida pela apresentação da proposta da Política e dos resultados preliminares do questionário aplicado à comunidade da NOVA. Na segunda parte do Workshop, decorreu uma discussão participativa, na qual os intervenientes, divididos em grupos, foram convidados a realizar uma análise SWOT da proposta da PGPDI. Esta análise permitiu que fragilidades como a falta de uniformização de práticas, o desconhecimento das infraestruturas já existentes, a ausência de orientações claras sobre propriedade intelectual e as dificuldades

associadas ao tratamento de dados sensíveis fossem discutidas de forma crítica e pluridimensional, permitindo delinear soluções adaptadas à realidade da NOVA.

As principais forças apontadas foram a clareza, abrangência e boa fundamentação do texto e o facto de o mesmo prever a possibilidade de definição de políticas e/ou diretrizes mais específicas adaptadas a cada UI/UO. As fraquezas incidiram na necessidade de melhoria de redação para clarificação de algumas ideias e no alargamento da abrangência da política para outros estudantes além dos doutorandos. Também foi apontado que os prazos de entrega previstos para os Planos de Gestão de Dados não eram compatíveis com todas as áreas. Em termos de oportunidade, considerou-se que a política poderia contribuir para tornar obrigatório o curso de GDI da Escola Doutoral da NOVA, no percurso formativo dos alunos, bem como para realizar *onboardings* mais completos, incluindo a problemática da gestão de dados de investigação. A principal ameaça identificada foi a falta de clareza sobre a aplicação da Política no caso de acordos e parcerias com outras instituições.

Todos estes contributos foram alvo de reflexão pelo grupo de trabalho, juntamente com os resultados finais do questionário, de modo a ser concebida a versão final da Política, oficialmente entregue à reitoria da NOVA em novembro de 2025 e aprovada pelo Colégio de Diretores da NOVA no dia 11 de dezembro de 2025. A PGPDI da NOVA é um instrumento orientador e estruturante da atividade científica, concebida em articulação com a estratégia da NOVA para a CA e assente fundamentalmente nos princípios FAIR e no princípio de que os dados de investigação devem ser partilhados de forma "tão aberta quanto possível, tão fechada quanto necessário". O documento apresenta os requisitos técnicos e operacionais que devem ser observados para o bom cumprimento da Política, associados às várias fases do ciclo de vida dos dados de investigação. Também são descritas no documento as responsabilidades institucionais e pessoais dos diferentes intervenientes nos processos que envolvem dados de investigação. A Política ainda descreve como o seu cumprimento deverá ser monitorizado, bem como deverá ser atualizada, dando ainda recomendações sobre a sua implementação.

Complementarmente à Política, foram produzidos dois outros documentos: um relatório que identifica áreas prioritárias para a integração dos requisitos da PGPDI com outros regulamentos, orientações e processos já existentes na NOVA, e alinhados com políticas nacionais e internacionais relevantes, propondo recomendações concretas que visam aumentar a eficiência, coerência e robustez das práticas de GDI no ecossistema científico da NOVA; e um guia cujo objetivo é orientar a aplicação da PGPDI, fornecendo instruções práticas para as UOs e unidades de investigação.

Considerações finais

A abordagem participativa adotada para o desenvolvimento desta Política revelou-se essencial e uma prática a implementar em situações similares. Este processo foi fundamental, não apenas para a qualidade técnica do documento, mas também para a sua legitimidade e futura aplicação. Além disso, permitiu, também, reforçar o sentimento de pertença da comunidade em relação ao documento, produzido e discutido abertamente por esta, evitando a perceção de que se trata de uma imposição *top-down*.

Este percurso ilustra bem que a construção de políticas institucionais, como o caso da PGPDI, não deve ser entendida como um exercício administrativo isolado, mas como um processo coletivo envolvendo as equipas de forma ampla (decisores de topo, investigadores, docentes, *staff*), em articulação com

normas nacionais e internacionais, ajustadas às necessidades locais, promovendo uma cultura institucional, neste caso refletida na gestão responsável e partilhada de dados de investigação.

Referências bibliográficas

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). (2022). Developing Policies for Open Science. <https://doi.org/10.54677/VHNY8608>

Direito et al. (2025). Quadro de referência para Políticas e Estratégias de Ciência Aberta e Gestão de Dados de Investigação. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.16762114>